

**GABINETE DO PREFEITO - GP/PMPA**

**REDAÇÃO ADMINISTRATIVA OFICIAL - AJL/ASSEOP/GE/GP**

**Ofício - nº 1799 / 2024**

Porto Alegre, 21 de junho de 2024.

Senhor Presidente:

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, no uso da prerrogativa que me é conferida pelo inc. VII do art. 94 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, o anexo Projeto de Lei Complementar que inclui o art. 5º-D na Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004 - que fixa alíquotas de contribuição previdenciária para fins de custeio do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre, autorizando o diferimento das contribuições previdenciárias patronais do Regime Financeiro de Capitalização, no período de maio a dezembro de 2024, face ao estado de calamidade pública no Município de Porto Alegre, declarado pelo Decreto nº 22.647, de 2 de maio de 2024, a fim de ser submetido à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal.

A justificativa que acompanha o projeto evidencia as razões e a finalidade da presente proposta.

Atenciosamente,

Sebastião Melo,  
Prefeito de Porto Alegre.

Excelentíssimo Senhor Vereador Mauro Pinheiro,  
Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/24.**

**Inclui o art. 5º-D na Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004 - que fixa alíquotas de contribuição previdenciária para fins de custeio do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre, autorizando o diferimento das contribuições previdenciárias patronais do Regime Financeiro de Capitalização, no período de maio a dezembro de 2024, face ao estado de calamidade pública no Município de Porto Alegre, declarado pelo Decreto nº 22.647, de 2 de maio de 2024.**

**Art. 1º** Fica incluído o art. 5º-D na Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004, conforme segue:

“Art. 5º-D Fica autorizado o diferimento dos repasses das contribuições previdenciárias patronais ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), pertencentes ao Regime Financeiro de Capitalização, das competências de maio a dezembro de 2024, para atendimento às necessidades relacionadas ao estado de calamidade pública no Município de Porto Alegre, declarado pelo Decreto nº 22.647, de 2 de maio de 2024, consolidando o montante devido num parcelamento, a partir de janeiro de 2025, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas.

§ 1º Todas as competências diferidas, desde o seu respectivo vencimento, bem como o parcelamento, serão atualizadas pelos mesmos índices da meta atuarial do Regime Financeiro de Capitalização.

§ 2º As prestações serão pagas sempre no último dia útil do mês, sendo a primeira em janeiro de 2025.”

**Art. 2º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais na Lei Orçamentária Anual (LOA), obedecidas as prescrições contidas nos incs. I a IV do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 7 de março de 1964, encaminhando, se necessário, projetos de lei para alterações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Plano Plurianual (PPA) para atender às despesas decorrentes desta Lei Complementar.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA:

Em meio à maior tragédia climática da nossa Capital e de todo o Estado do RS, encaminho a Vossa Excelência e seus Dignos Pares o presente Projeto de Lei Complementar, que autoriza o Poder Executivo a diferir as contribuições previdenciárias patronais do Regime Financeiro de Capitalização, das competências do período de maio a dezembro de 2024.

O projeto prevê a consolidação dos valores diferidos num parcelamento, a partir de janeiro-2025, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas.

Os valores postergados serão corrigidos pelos mesmos índices da meta atuarial estabelecida para o Regime Financeiro de Capitalização, portanto, não haverá nenhum prejuízo às reservas daquele Regime, nem aos servidores participantes.

O valor diferido será utilizado para atender às necessidades relacionadas ao estado de calamidade pública no Município de Porto Alegre, declarado pelo Decreto nº 22.647, de 2 de maio de 2024.

Cabe lembrar que na pandemia da Covid-19 a Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020 autorizou os entes subnacionais a suspenderem as contribuições previdenciárias patronais do período de março-dezembro/2020, sendo que à época o Executivo Municipal não utilizou esta prerrogativa, mas agora a situação é bem mais grave.

Este diferimento representa em torno de R\$ 77 milhões, relevante frente às novas despesas já identificadas ligadas diretamente à crise climática, de aproximadamente R\$ 130 milhões, contudo, ainda muito pouco em relação à preocupante perda de receita projetada preliminarmente para os próximos 12 (doze) meses, conforme quadro abaixo:

<b>Enchentes Porto Alegre - Estimativa de impactos na Receita nos próximos 12 meses</b>			
<b>Tributo/Transferência</b>	<b>Cenário Pessimista</b>	<b>Cenário Intermediário</b>	<b>Cenário Otimista</b>
ISSQN	454.221.418,05	363.377.134,44	272.532.850,83
IPTU	132.557.939,32	106.046.351,46	79.534.763,59
ITBI	124.495.817,85	99.596.654,28	74.697.490,71
TCL	42.283.640,92	33.826.912,74	25.370.184,55
<b>Total Receita Própria</b>	<b>753.558.816,14</b>	<b>602.847.052,91</b>	<b>452.135.289,68</b>
ICMS		227.765.811,14	
IPVA		48.795.776,45	
<b>Total Transf.</b>		<b>276.561.587,59</b>	
<b>Total-Geral</b>		<b>879.408.640,50</b>	

São estas, Sr. Presidente as considerações que faço ao mesmo tempo em que submeto o Projeto de Lei Complementar à apreciação desta Casa, aguardando breve tramitação legislativa e a necessária aprovação da matéria.



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Melo, Prefeito do Município de Porto Alegre**, em 24/06/2024, às 15:05, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **29107676** e o código CRC **0184B3AE**.